

# Administrative act and the undetermined law “in abstracto”: the application of the good administration principle

---

 [rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/rodrigues19](http://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/rodrigues19)

**RDAI** | *Journal  
Public Law and  
Infrastructure*

## Authors

---

- Rafael de Oliveira Rodrigues Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (São Paulo, São Paulo, Brasil).  <https://orcid.org/0000-0003-1543-5202>
- Braulio Bata Simões Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

## DOI:

---

<https://doi.org/10.48143/rdai.19.ror>

## Keywords:

---

Law application, Undetermined judicial concepts, Discretion, Good administration principle

## Abstract

---

The complexity of the social relationships leads to the conclusion that it is impossible to foresee all social facts within the normative prescription “in abstracto”. In that order, the legislator has started using a set of legislative techniques in which, by their high degree of undeterminability, has the power to considerably increase their range. By that, the attention turns to the law application, especially in those relationships involving public administration. In those cases, it is provided to the administrator an increase of power over the law application (not the automatic subsumption anymore) which demands from them a straight connection to their finality. In this sense, there will be cases in which the application of this resources used by the legislator, such as, undetermined legal concepts or general clauses, depending of the case, won´t present just a single answer of the law. It results is the straightening of this activity to discretion. Adopting this premise, it is the case of looking for limits posed by the law to the state activity, in order to not turn it into arbitrariness. Therefore, the good administration principle presents relevant role to guide the public activities.

## Author Biographies

---

## **Rafael de Oliveira Rodrigues, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (São Paulo, São Paulo, Brasil).**


---

Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (São Paulo, São Paulo, Brasil). Especialista em Direito Tributário pela Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo e em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. Atua como procurador na PGE-SP – Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

[rafaeldeolivrodrigues@gmail.com](mailto:rafaeldeolivrodrigues@gmail.com) |  [0000-0003-1543-5202](https://orcid.org/0000-0003-1543-5202)

## **Braulio Bata Simões, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)**

---

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (São Paulo, São Paulo, Brasil), onde também cursou o estágio de pesquisa de pós-doutorado e titulou-se mestre. É docente no PPGD do Centro de Estudos de Direito Econômico e Social – CEDES. Na pós-graduação realizou estágio de pesquisa como Visiting Researcher na International Bureau of Fiscal Documentation (IBFD – Amsterdam) e especialização em LL.M.-Direito Societário (INSPER), Direito Tributário (USP), Direito Processual (PUC-SP), MBA em Legal Administration (EPD), International Tax Law (ITC Holanda), Teoria Geral do Direito (IBET), Direito (FGV-SP). A pesquisa está na área direito tributário. É membro integrante do Instituto Brasileiro de Direito Tributário, da Associação Brasileira de Direito Fiscal e da International Fiscal Association.  [0000-0002-1077-9738](https://orcid.org/0000-0002-1077-9738) | [bata@bsplaw.com.br](mailto:bata@bsplaw.com.br)

## **References**

---

ALESSI, Renato. Instituciones de derecho administrativo. Buenos Aires: Casa Editorial, 1990.

BACIGALUPO, Silvina. Delitos de infração de dever e acessoriedade no direito penal. In: OLIVEIRA, William Terra de; LEITE NETO, Pedro Ferreira; ESSADO, Tiago Cintra e SAAD-DINIZ, Eduardo (Org.). Direito penal econômico: estudos em homenagem aos 75 anos do professor Klaus Tiedemann. São Paulo: LiberArs, 2013.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Elementos de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2017.

BATTAGLINI, Cosi Orsi. Attività vincolata e situazioni soggettive. Padova: Daltricce, 2004.

BIELSA, Rafael. Derecho administrativo. Buenos Aires: La Ley, 1975.

BITENCOURT NETO, Eurico. Improbidade administrativa e violação de princípios. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

BONNARD, Roger. Précis de Droit Administratif. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1993.

BRANDÃO, Antônio José. Moralidade administrativa. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 25, jul.-set. 1951.

BUENO, Eduardo. A coroa, a cruz e a espada: lei, ordem e corrupção no Brasil colônia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. Tratado de direito administrativo. São Paulo: Freitas Bastos, 1986.

DAL BOSCO, Maria Goretti. Responsabilidade do agente público por ato de improbidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

DECOMAIN, Pedro Roberto. Improbidade administrativa. São Paulo: Dialética, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988. São Paulo: Atlas, 1991.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2005.

DWORKIN, Ronald. Justice for Hedgehogs. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

FAZZIO JUNIOR, Waldo; PAZZAGLINI FILHO, Marino; ROSA, Márcio Fernandes Elias. Improbidade administrativa. São Paulo: Atlas, 1999.

FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. O princípio constitucional da moralidade administrativa. Curitiba: Genesis Editora, 1993.

FIGUEIREDO, Lucia Valle. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 1999.

FIGUEIREDO, Marcelo. O controle da moralidade na Constituição. São Paulo: Malheiros, 1999.

FORNACIARI JUNIOR, Clito. Prescrição das ações de ressarcimento de danos causados por ato de improbidade administrativa. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 165, p. 34-35, 2005.

GABARDO, Emerson. A nova decisão do STF sobre a imprescritibilidade do ressarcimento ao erário por ato de improbidade. Direito do Estado, n. 409, edição de 11.08.2018. Disponível em: [www.direitodoestado.com.br/colunistas/emerson-gabardo/a-nova-decisao-do-stf-sobre-a-imprescritibil](http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/emerson-gabardo/a-nova-decisao-do-stf-sobre-a-imprescritibil) Acesso em: 27.10.2020.

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade administrativa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

GARCIA, Emerson. Improbidade administrativa: configuração e reparação do dano moral. Revista da EMERJ, v. 12, n. 48, 2009.

GOMES, Emerson C. S. Responsabilidade financeira: uma teoria sobre a responsabilidade no âmbito dos tribunais de contas. Porto Alegre: Núria Fabris, 2012.

GRECO, Guido. Argomenti di Diritto Amministrativo. Milano: Giuffrè, 2002.

GRONDIN, Jean. Introdução à hermenêutica filosófica. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

HAURIOU, Maurice. Précis de Droit Administratif et de Droit Public. Paris: Recueil Sirey, 1920.

KINDHÄUSER, Urs. Derecho penal de la culpabilidad y conducta peligrosa. Bogotá: Universidad Externado, 1996.

LEAL, Rogerio Gesta. Estado, administração pública e sociedade: novos paradigmas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

LEAL, Rogerio Gesta. Patologias corruptivas nas relações entre estado, administração pública e sociedade: causas, consequências e tratamentos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

LIMA, Ruy Cirne. Princípios de direito administrativo. Porto Alegre: Globo, 1984.

MORIN, Gastón. La revolte des fait contre le Code. Paris: FDL, 1990.

OSÓRIO, Fábio Medina. Teoria da improbidade administrativa: má gestão pública, corrupção e ineficiência. São Paulo: Ed. RT, 2007.

PAOLO, Mauro. Corruption and Growth. Quarterly Journal of Economics, v. 110, p. 681-712, ago. 1995.

PAZZAGLINI FILHO, Marino; ROSA, Márcio Fernando Elias; FAZZIO JR., Waldo. Júnior Improbidade administrativa: aspectos jurídicos na defesa do patrimônio público. São Paulo: Atlas, 1999.

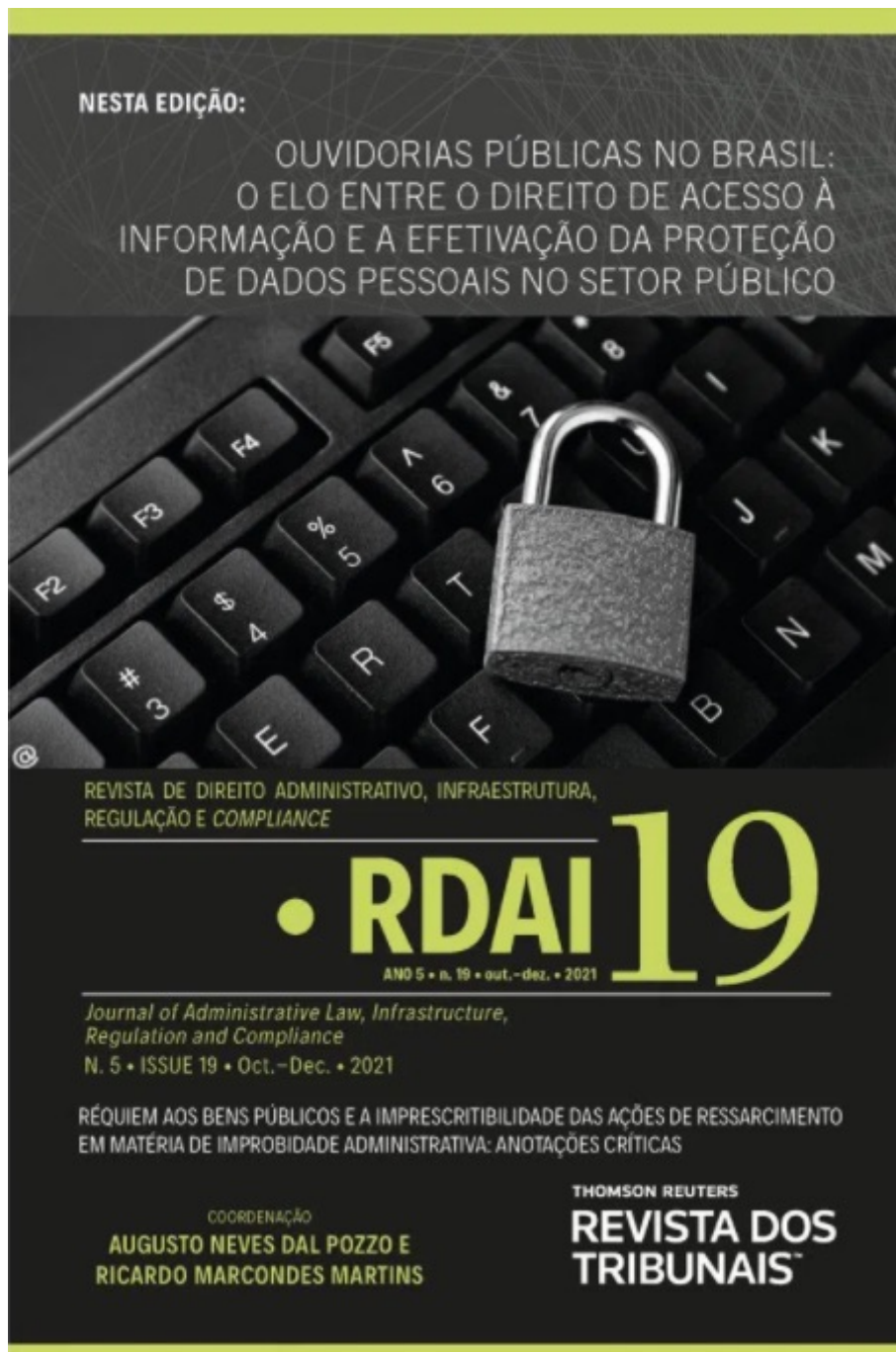
PRADO, Francisco Octávio de Almeida. Improbidade administrativa. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

RIPERT, George. La règle morale dans les obligations civiles. Paris: Dalloz, 1984.

ROTHERBURG, Walter Claudius. Ação de improbidade administrativa: aspectos de relevo. In: SAMPAIO, José Adércio Leite et al. (Org.). Improbidade administrativa: comemoração pelos 10 anos da Lei 8.429/92 (LGL199219). Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2005.

TOURINHO, Rita Andréa Rehem Almeida. A prescrição e a Lei de Improbidade Administrativa. Disponível em: [<https://jus.com.br/artigos/5054/a-prescricao-e-a-lei-de-improbidade-administrativa>] Acesso em: 03.11.2020.



## Published

2021-12-15

## How to Cite

RODRIGUES, R. de O. .; SIMÕES, B. B. Administrative act and the undetermined law “in abstracto”: the application of the good administration principle: Administrative act and the undetermined law “in abstracto”: the application of the good administration principle. **Journal of Public Law and Infrastructure | RDai**, São Paulo: Thomson Reuters - Livraria RT, v. 5, n. 19, p. 47–70, 2021. DOI: 10.48143/rdai.19.ror. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/rodrigues19>. Acesso em: 7 feb. 2022.

## Issue

---

Vol. 5 No. 19 (2021)

## Section

---

Administrative Act

## License

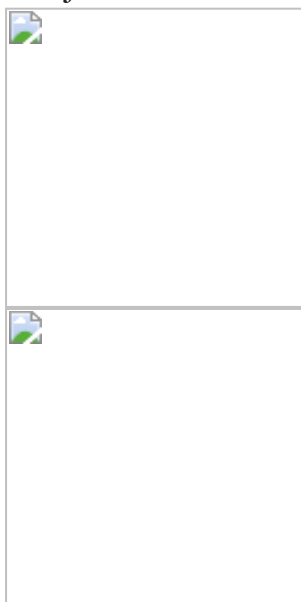
---

Copyright (c) 2021 Journal of Public Law and Infrastructure - RDAI



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

This journal is licensed by



(CC BY-NC-ND)

Submission and publication of articles are free; peer-reviewed; the journal uses CrossCheck (anti-plagiarism); and complies with the COPE Editors' Guide; Committee on Publication Ethics, in addition to the Elsevier and SciELO recommendations. [Check the Rules for the submission and evaluation of the RDAI.](#)

